

PROPOSIÇÃO Nº 022/12
PEC Nº 003/12.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 11 de abril de 2012
OF CEE/G 085/12

I – À DAF para leitura no expediente
II – À D. I. para providências.


Em 28/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 13/12, relativa à Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 11 de abril de 2012
OF CEE/G 085/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 13/12, relativa à Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

6.001-12
3-2
3



MENSAGEM N.º 13/2012

Curitiba, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente Proposta de Emenda Constitucional, visando revogar o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dar nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5.º do artigo 47.

Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Esta emenda vem suprir vício de iniciativa da Emenda Constitucional n.º 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo. Por tratar de provimento de cargos públicos (matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo), a Emenda Constitucional n.º 29/2010 está eivada de vício de constitucionalidade formal, que acarretou inclusive a propositura de ADIN perante o Supremo Tribunal Federal, a qual ainda não foi julgada.

A proposta ora apresentada, que é de iniciativa do Poder Executivo, visa assegurar, mediante a Constituição Estadual, direito que já está previsto na Constituição Federal, no seu artigo 144, que dispõe: "§ 9.º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4.º do art. 39". (incluído pela Emenda Constitucional n.º 19/1998).

Sendo assim, entendo que essa Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda à Constituição Estadual, revogando o § 16 do artigo 45, assim como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dando nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5.º do artigo 47, com os seguintes teores:

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Protocolo 11.459.538-1

Art. 45 (...)

"§ 15 A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no § 4.º do artigo 39, em face do que dispõe o § 9.º do artigo 144, ambos da Constituição Federal."

Art. 47 (...)

"§ 5.º A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o § 4.º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4.º, 5.º e 6.º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná."

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Comissões Especiais

PROPOSIÇÃO Nº 022/2012
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 003/2012

MENSAGEM Nº 13/2012

Curitiba, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse egregio Poder Legislativo, a presente Proposta de Emenda Constitucional, visando revogar o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dar nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5º do artigo 47.

TRATA-SE DE PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE INSTITUI O SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ.

ESTA EMENDA VEM SUPRIR VÍCIO DE INICIATIVA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2010 POR TER SIDO PROPOSTA DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. POR TRATAR DE PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS (MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO), A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2010 ESTÁ LIVADA DE VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE FORMAL, QUE ACARRETOU INCLUSIVE A PROPOSITURA DE ADIN PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A QUAL AINDA NÃO FOI JULGADA.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA, QUE É DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO, VISA ASSEGURAR, MEDIANTE A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DIREITO QUE JÁ ESTÁ PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO SEU ARTIGO 144, QUE DISPÕE: "§ 9º A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES POLICIAIS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS RELACIONADOS NESTE ARTIGO SERÁ FIXADA NA FORMA DO § 4º DO ART. 39", (INCLUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/1998).

Senão assim, entende que esse Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda à Constituição Estadual, revogando o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dando nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5º do artigo 47, com as seguintes razões:

Art. 45 (...)

"§ 15 A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no § 4º do artigo 39, em face do que dispõe o § 9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal."

Art. 47 (...)

"§ 5º A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal, em face do que dispõe o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, observada o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná."

Volto-me do espaço para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHEA
Governador do Estado

Hanseníase tem Cura!

Tive hanseníase,
fiz o tratamento
e estou curada!

Mancha dormente, pense em hanseníase.
PROCURE UM POSTO DE SAÚDE.



"Francisca Barros da Silva (Didi)"
Funcionária aposentada da Saúde. Didi foi diagnosticada com hanseníase em 1976. Fez o tratamento e em 1984 teve alta por estar completamente curada.

Programa Estadual de Controle da Hanseníase

BRASIL
PAÍS LÍCIDO - SAÚDE SEM DOENÇAS

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Saúde

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 609/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 20, 34 e 214 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, em face do conteúdo no Ato do Presidente nº 008/2012 e considerando a indicação dos respectivos líderes,

DECLARA

Constituída e instalada a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto ao "Procedimento para Escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Caio Quintana, titular e Ademar Bier, suplente; (ii) indicados pelo Bloco PSD/PSD: Ney Leprevost, titular e Cássia Maria Lima, suplente; (iii) indicados pelo DEM: Elton Rêis, titular e Pedro Lapina, suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Verril, titular e Elton Welter, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PP/PPM: César Silvestri Filho (PPS), titular e Douglas Fabrício (PPS), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado ELIO RUSCH e a Relatoria será atribuída ao Deputado CAIO QUINTANA, devendo os trabalhos da Comissão serem processados com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 54 e 77, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determino que em

(Mesa Ribeiro Borges), Diretor Legislativo, transcreva o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e regularmente publicado em Diário Oficial. Gabinete da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

400802012

ATO DO PRESIDENTE Nº 610/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do conteúdo no Art. 191, do Regimento Interno e do Mensagem nº 049/2012-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 07 de maio de 2012

DECLARA

Constituída e instalada a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto ao "Projeto de Lei de Emenda Constitucional-PEC nº 023/2012, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2012", Protocolado sob o nº 2445-13DAF e anexado na Diretoria Legislativa como Proposição nº 22/2012. Segundo indicação dos respectivos líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Nereu Moura, titular e Ademar Bier, suplente; (ii) indicados pelo Bloco PSD/PSD: Mauro Moraes, titular e Bernardo Ribeiro Carli, suplente; (iii) indicados pelo DEM: Pedro Lapina, titular e Osmar Bertoldi, suplente; (iv) indicados pelo PT: Professor Lemos, titular e Elton Verril, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PP/PPM/PTB/PSL: Roberto Acloni (PV), titular e Rascia Rodrigues (PV), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado Mauro Moraes e a Relatoria será atribuída ao Deputado Pedro Lapina, devendo os seus trabalhos serem processados com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 52, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determino que em

(Mesa Ribeiro Borges), Diretor Legislativo, transcreva o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e regularmente publicado em Diário Oficial. Gabinete da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

400802012

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 396/2012

Sinaliza: Arquivo no Livro de Atas da Assembleia, encaminhado para a opinião, no âmbito do Poder Legislativo, da lei de acesso à informação.

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no Art. 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e o conteúdo no Art. 34, do Decreto Legislativo nº 52/84 e, em face do disposto no Art. 40, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao Diretor Geral da Assembleia Legislativa a competência para, no âmbito do Poder Legislativo e nos termos estabelecidos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso

à informação, monitorar os procedimentos, recomendar as medidas indispensáveis ao aperfeiçoamento da gestão de dados e orientar as respectivas unidades. Art. 2º O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições contrárias. Palácio "XIX de Dezembro", em 06 de maio de 2012.

VALDIR ROSSONI
Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário

RENI PEREIRA
2º Secretário

400802012

ATO DO PRESIDENTE Nº 611/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, do Regimento Interno e, em face do conteúdo em Requerimento de autoria do Deputado RASCA RODRIGUES, aprovado na Sessão Plenária de 04 de outubro de 2011, oriundo na Diretoria Legislativa sob o nº 034/2012

DECLARA

Constituída a Frente Parlamentar Ambientalista, com a finalidade de, nos termos da Proposição aprovada, "responsabilizar a concepção e a realização de projetos relacionados ao meio ambiente nesta Casa; realizar ações voltadas a garantir e regulamentar medidas ambientais em programas desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual e Municipal; assegurar a compatibilidade da legislação estadual com a Política Nacional do Meio Ambiente, acompanhando e trabalhando para a correta implementação da legislação ambiental". Segundo termo de adesão, juntado ao Processo respectivo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Luiz Eduardo Chelid (PMDB), Luciana Ruffino (PT), Roberto Acloni (PV), Marcelo Rangel (PPS), Augustinho Zucchi (PDT), Douglas Fabrício (PPS), Adelfino Ribeiro (PSL), André Bueno (PDT), Rascia Rodrigues (PV), e será coordenada pelo Deputado RASCA RODRIGUES (PV). Os trabalhos da Frente Parlamentar deverão ser processados, com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais legislação aplicável.

Sala da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

400802012

Atos de Pessoal

Diretorias

DIRETORIA DE PESSOAL

O Diretor de Pessoal da Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições previstas no Art. 12 do Decreto Legislativo nº 52/1994, tendo em vista o conteúdo no Ato da Comissão Executiva nº 1153/2011, Publicado no Diário Oficial do Paraná de 26 de setembro de 2011 edição nº 108:

RESOLVE:

NOTIFICAR os servidores nomeados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de acordo com a aprovação, por parte da Diretoria de Pessoal no prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta, para que tomem ciência do encargo atribuído e demonstrem o comprometimento pelo Contrato Especial para a Análise das Aposentadorias, contratado pelo processo nº -79/2011 da Diretoria Geral e anexado ao Ato da Comissão Executiva nº 1153/2011,

NOME	DESCRIÇÃO
4001	WANDERLEY JULIANO
4002	EDNEIA VARELA CARBON
4003	LUIZ ANTONIO VILHANO DE MENEZES
4004	FRANCISCO TONI DE OLIVEIRA
4005	BRUNO ESTANISLAU DE CARVALHO
4006	EDSON HENRIQUE

Deverá ser encaminhado, após a assinatura do Diretor de Pessoal no período estipulado em regime de sigilo, os princípios constitucionais de continuidade e ampla defesa, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

Curitiba, 03 de maio de 2012

BRUNO P. GAROFANI
DIRETOR DE PESSOAL

400802012



**COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL N. 003/12**

RELATÓRIO FINAL

PEC 003/12 - Proposição n. 022/12.

Autor: Poder Executivo - Mensagem n. 013/12.

Súmula: Institui o subsídio com forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

EMENTA: SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INSTITUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. REVOGAÇÃO DO §16º DO ARTIGO 45 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ARTIGO 61 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. NOVA REDAÇÃO AO § 15º DO ARTIGO 45 E AO §5º DO ARTIGO 47, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E MÉRITO. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

[Assinatura]
Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006



1. PREÂMBULO

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do Poder Executivo, tem por intuito estabelecer o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Paraná, com a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e dá nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

2. QUESTÃO PRELIMINAR. DA EMENDA APRESENTADA PELO EXMO. DEPUTADO PROFESSOR LEMOS.

Em 08/05/2012 às 13:00 horas, durante a primeira reunião desta Comissão Especial, o Excelentíssimo Deputado Professor Lemos apresentou emenda aditiva à presente Proposta de Emenda Constitucional para assegurar, por meio da referida emenda, que a partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 do artigo 45, da Constituição Estadual, seja exigido curso de nível superior para ingresso e preenchimento do cargo na Polícia Militar e Bombeiro Militar do Paraná.

Ocorre, no entanto, que a presente emenda é manifestamente intempestiva, a teor do que dispõe o artigo 190 do Regimento Interno desta Casa. Eis o que dispõe o referido artigo:

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006



Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Como se pode verificar às fls. 02 dos autos da PEC, a mesma foi recebida no dia 25/04/2012, conforme protocolo nela apostado. A mesma foi publicada no Diário da Assembleia Legislativa de 30/04/2012 (segunda-feira), Edição n. 202, p. 11, conforme o documento de fls. 08. Assim, o termo inicial do prazo para apresentação de emendas começou a fluir no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, dia 02/05/2012 (quarta-feira) e tendo como termo final o dia 04/05/2012 (sexta-feira), estando portanto **manifestamente intempestiva a apresentação da emenda** do Exmo. Deputado Professor Lemos, o que impede seu conhecimento por lhe faltar o requisito objetivo da tempestividade.

Em que pese a louvável iniciativa do Exmo. Deputado Professor Lemos, ainda que se considerasse, em tese, tempestiva tal emenda, no mérito a mesma não poderia ser aprovada pelos mesmos fundamentos adiante articulados no item 3.2.2 deste relatório.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Da constitucionalidade da PEC 003/12

Thomaz *[assinatura]* *[assinatura]*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



De início, compete à esta Comissão Especial, de acordo com o disposto no artigo 191 do Regimento Interno desta Casa, verificar a constitucionalidade, bem como o mérito da Proposta de Emenda à Constituição:

Art. 191. A Assembleia constituirá Comissão Especial composta por cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Quanto à legitimidade, verifica-se que o Governador do Estado possui legitimidade para propor emendas à Constituição, conforme dispõe o artigo 64, II da Constituição Estadual:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

II - do Governador do Estado;

Também, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria objeto desta PEC conforme determina o art. 66, II, da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do

Julian



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



Governador do Estado as leis que disponham
sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu
regime jurídico, provimento de cargos,
estabilidade e aposentadoria, reforma e
transferência de policiais militares para a
reserva.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o art. 87, VI
da Constituição do Estado:

**Art. 87. Compete privativamente ao
Governador:**

**VI - dispor sobre a organização e o
funcionamento da administração estadual, na
forma da lei;**

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam
dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar a
presente proposição.

Ainda, de se ressaltar que o objeto da presente PEC, consistente
na instituição de subsídio como forma de remuneração para determinada categoria
de servidores, sem haver redução no valor da remuneração total atualmente

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

41 3350-4206 / 4006

74014

[Signature]

[Signature]



percebida pelas categorias, é constitucionalmente possível. Neste sentido, o e. Supremo Tribunal Federal já decidiu:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I – A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, ante a ausência de direito adquirido a regime jurídico, é legítimo que lei superveniente modifique a composição dos vencimentos dos servidores públicos, desde que não haja decesso remuneratório. II – Agravo regimental improvido. (RE 597838 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-02 PP-00339).

Pelo acima exposto, conclui-se que a presente proposta é formal e materialmente constitucional.

Fuochi

[assinatura]

[assinatura]



3.2. Do mérito.

Sendo a PEC formal e materialmente constitucional, não há nenhum óbice para a análise de seu mérito por esta Comissão Especial. Passa-se à análise do mérito da Proposta.

3.2.1. Da instituição do subsídio como forma de remuneração com a nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

Como se verifica no texto da mensagem n. 13/2012, "*esta emenda vem suprir vício de iniciativa da Emenda Constitucional n. 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo*", dando nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, ambos da Constituição Estadual, os quais passarão a ter o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§15º. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no §4º do artigo 39, em face do que dispõe o §9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal.

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



Art. 47. (...)

§5º. A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o §4º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o §9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Vale destacar que a a referida Emenda Constitucional n. 29/2010 está tendo sua constitucionalidade discutida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4504, em trâmite no egrégio Supremo Tribunal Federal, ainda não julgada.

Pois bem.

A presente PEC pretende inserir na Constituição Estadual através de nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, um direito que está previsto no artigo 144, §9º da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da

Muller

8

8



incolumidade das pessoas e do patrimônio,
através dos seguintes órgãos:

§9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Eis o teor do citado artigo 39, §4º da Constituição:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art.

9
RUBIN



**37, X e XI. (Incluído pela Emenda
Constitucional nº 19, de 1998)**

Também, o §8º do artigo 39 da Constituição Federal autoriza expressamente a fixação da remuneração em subsídio para as categorias organizadas em carreiras, como é o caso das categorias integrantes desta PEC:

Art. 39. (...)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

A Emenda Constitucional n. 19 de 2008, que inseriu no ordenamento jurídico os dispositivos acima transcritos, adotou a figura do subsídio para assegurar o controle sobre a remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia, nos termos do artigo 39, §4º.

Antes do advento da Emenda Constitucional n. 19/2008, era comum a fixação de um "vencimento-base" irrisório ao qual se somavam vantagens pecuniárias consideráveis sob as mais variadas denominações.

Para corrigir estas distorções remuneratórias, a EC n. 19/2008 alterou a composição da remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia -

Teófilo

[Assinatura]

[Assinatura]



os quais produziam reflexos na remuneração do restante dos servidores, pois eram o teto de remuneração - criando a figura do subsídio.

Subsídio nada mais é que uma parcela única de remuneração que abrange tanto o "vencimento-base" quanto as eventuais vantagens remuneratórias de qualquer ordem até então percebidas pelo servidor.

No caso da presente PEC, os subsídios fixados para as categorias, englobam todas as vantagens pecuniárias até então percebidas pelos servidores, não havendo decesso remuneratório para nenhum servidor, não havendo - neste ponto - óbices à aprovação desta.

3.2.2. Da revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias

A presente PEC propõe a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, os quais possuem o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§ 16. A partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 deste artigo, exigir-se-á, para o preenchimento do cargo, na Polícia Militar do Paraná, além de

Paulo

[assinatura]

[assinatura]



outras condições definidas em lei, curso de nível superior para ingresso como Soldado de Segunda Classe e curso de Direito para ingresso na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Policiais-Militares e curso de Engenharia para ingresso no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

Há de se destacar que, tradicionalmente, desde a edição da Lei Estadual n. 1.943, de 23 de junho de 1954, denominada de Código da Polícia Militar do Paraná, o ingresso na Polícia Militar, até os dias atuais, operou-se mediante rigoroso recrutamento e seleção de candidatos com faixa etária entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade.

Neste espectro, a carreira policial militar sempre se constituiu como ótima opção para inúmeros jovens concluintes do ensino médio, que, por meio de acirrado concurso público, alcançavam os cargos de soldado, iniciando a carreira de praças, ou os cargos de alunos-oficiais (cadetes), sendo, neste último caso, elevados à condição de Oficiais ao término do Curso de Formação de Oficiais e período de estágio como Aspirantes-a-Oficiais.

Paula



Saliente-se que nesse universo comumente se encontravam os jovens inicialmente instados ao cumprimento do serviço militar obrigatório junto ao Exército Brasileiro, os quais, após experimentar o cotidiano das organizações militares por aproximadamente um ano, optavam por ingressar na gloriosa Polícia Militar do Paraná, força auxiliar e reserva do Exército, estruturada similarmente com base nos princípios da hierarquia e disciplina.

Nesse diapasão, admitir a concretização da exigência de curso de nível superior para o ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar, seria obstaculizar e impedir que nossos jovens paranaenses, ao lado de outros tantos jovens brasileiros, após a conclusão do ensino médio, pudessem conquistar o primeiro emprego, de maneira estável, na honrosa Corporação Policial Militar.

A manutenção do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual demandaria que o candidato a ingresso na Corporação Castrense, apresentasse, no mínimo, 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) anos, pois seria *conditio sine qua non* que o mesmo, preliminarmente, enfrentasse os bancos das Universidades e Faculdades Brasileiras e fizesse jus a um diploma universitário.

E assim sendo, alijaria a opção pelo primeiro emprego na Polícia Militar do Paraná, caminhando, inclusive, na contramão da louvável e recente Lei Estadual n. 17.074, de 23 de janeiro de 2012, que instituiu o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná, com o objetivo de proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens de 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) anos

Julio

h d



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



de idade, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antissociais, assegurando-lhes computar, nos termos do artigo 9º, inciso IV, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, como título, em concurso público para o cargo de Soldado de Segunda Classe, a ser utilizado como critério de desempate no certame.

Há de se considerar que a carreira policial militar tem especificidades próprias, tanto em relação às habilidades policiais como no tocante àquelas relacionadas ao bombeiro militar, as quais precisam ser desenvolvidas, no plano da formação profissional, de modo diferenciado, quando comparadas à metodologia de ensino realizada pelas instituições civis de ensino superior. Nesse contexto, as Universidades e Faculdades formam os jovens para o mercado de trabalho em geral, não tendo como foco o ingresso de seus alunos nos quadros da Polícia Militar.

É certo que a carreira nas Forças Armadas ou nas Polícias Militares não se caracteriza como mero emprego, mas segue vinculada a uma vocação especial de bem servir à sociedade paranaense, inclusive, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Cumprе ressaltar que a Polícia Militar do Paraná, há alguns anos, tem aprimorado a sua estrutura de ensino para proporcionar aos seus integrantes a formação de nível superior, respeitadas as peculiaridades da vida militar.

Paulo *[Signature]* *[Signature]*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



Nessa linha, a Academia Policial Militar do Guatupê, nesta data, por ato do Chefe do Poder Executivo, foi erigida à condição de instituição estadual de ensino superior vinculada à UNESPAR, objetivando-se a expedição de decreto que reconheça o Curso de Formação de Oficiais, seja na modalidade de Oficial Policial-Militar, seja na modalidade de Oficial Bombeiro Militar, como Curso de Graduação em nível de Bacharelado em Segurança Pública, adotando-se ainda providências para o reconhecimento dos Cursos de Formação de Soldados como Curso Superior em nível de Tecnólogo em Segurança Pública.

Deste modo, em futuro próximo, a exemplo do que ocorre com a integralidade de Oficiais da PMPR que detém curso de nível superior com respaldo no respectivo Curso de Formação, todas as Praças da Corporação também poderão alcançar, na própria Universidade da Polícia Militar, este nível de formação e educação.

Nesta esteira, a manutenção do ensino médio como requisito para o ingresso na carreira policial militar é medida mais adequada, coerente e razoável, pois além de assegurar a oportunidade de primeiro emprego a inúmeros jovens, permitirá a todos os integrantes da caserna alcançar o nível de ensino superior na própria Universidade da Polícia Militar.

Destaque-se que a formação superior na Academia Policial Militar do Guatupê passará a ser supervisionada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como pelo Conselho Estadual de

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006

Pedro Lupion



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



Educação, proporcionando educação continuada a todos os integrantes da Polícia Militar do Paraná, com diversas modalidades de cursos de pós-graduação, viabilizando a pesquisa científica focada na atividade policial, garantindo, assim, maior eficácia e qualidade aos serviços prestados na área da segurança pública em prol do bem-estar da sociedade paranaense.

Neste espectro, a exigência de curso de nível superior para o ingresso na PMPR não é medida adequada, pois a formação em nível superior já estará sedimentada no seio da própria Corporação.

Há de se considerar, ainda, a manutenção das disposições da Constituição do Estado estampadas pela EC n. 29, tenderiam a criar obstáculos e dificuldades aos próprios militares estaduais para a progressão na carreira, visto que beneficiaria tão somente aqueles detentores de diploma de graduação em Direito ou Engenharia ou aqueles já possuidores de diploma universitário, além de alijar o sonho de inúmeros jovens concluintes do ensino médio que atualmente tem se dedicado com esmero na preparação para os concursos públicos destinados ao recompletamento do efetivo da Polícia Militar.

Por fim, como consequência da aprovação da presente PEC, a revogação do artigo 61¹ dos ADCT da Constituição do Estado é medida que se impõe, pois a entrada em vigor da presente PEC lhe retira completamente o objeto.

¹ Art. 61. A implementação do subsídio previsto nesta Constituição, será gradual e terá início em cento e oitenta dias, contados da promulgação da Emenda Constitucional que o instituiu. (Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

J. O. L.

[Assinatura]

[Assinatura]

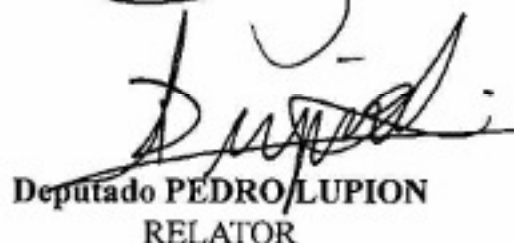


4. CONCLUSÃO


Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico ao aperfeiçoar a forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


Deputado MAURO MORAES
PRESIDENTE


Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Voto contrário
Dep. Prof. Fernando G. J. J.


Dep. NEREU MOURA

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006


Dep. ROBERTO ACIOLI

para que não fique nenhuma dúvida em relação à criação que foi apresentada, fruto desta emenda, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, é exatamente em função de um acordo firmado entre o CREA, o Sindicato dos Veterinários e Agrônomos e o próprio Secretário de Agricultura. Esse tema em bastante discutível, até na própria CCI foi levantado pelo Deputado Tadeu Veneri a impossibilidade de termos essa inclusão dos zootecnistas, também pelo Deputado Pedro Lupion. Mas abriu-se um leque de discussões e chegou-se a um acordo da inclusão dos zootecnistas nesta mensagem, mas com funções específicas. E na emenda está muito bem delimitada a função do zootecnista, do agrônomo e do médico veterinário. (Lê a emenda: Art. 5º, § 2º do Projeto de Lei nº 548/11). Portanto, não será função do zootecnista exercer o papel de fiscalização na área vegetal e animal. Está muito bem especificado no lei. Esta emenda foi construída no entendimento. Por esta razão, pedimos o apoio dos Deputados, porque ela é um consenso. Mas, é lógico, se alguém quiser questionar a legalidade, existe o fórum legal. Mas recomendamos a aprovação da emenda. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB): Encerrado a discussão. Em votação as Emendas nºs 01, 04 e a nº 03 na forma da rubricada, apresentada pela Comissão de Agricultura. Encerrado a votação. **Aprovadas.** (Votaram 'sim': Ademir Traiano, Ademir Bler, Alexandre Curi, André Bueno, Caetano Mara Lima, César Silvestri Filho, Cleiton Kiehn, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Delfio Geronzi, Elton Rasch, Elton Weiler, Elio Verri, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Nelson Justus, Nelson Lucense, Nereu Moura, Pastor Edison Procyk, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Accioli, Rose "Lito", Toru Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (31 Deputados). Votaram 'não': Adeline Ribeiro, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tadeu Veneri (04 Deputados). Não votaram: Caio Quintana, Evandro Júnior, Luciana Rafagnin, Mauro Moraes, Paranhos, Reni Pereira e Valdir Rossoni (07 Deputados). Abstenção: Augustinho Zucchi e Rasca Rodrigues (02 Deputados).]

DEPUTADO TADEU VENERI (PT) (Pela ordem): Sr. Presidente, só para deixar claro porque votamos contra. Não contra os zootecnistas, mas porque não há função para ele. Quando tivemos o primeiro edital de concurso para esta agência, vai ser para médico veterinário e para engenheiro agrônomo. Não há concurso para zootecnista. Não sei o que estamos fazendo! Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB): **ITEM 10 - 2ª** Discussão do Projeto de Lei nº 142/12, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/12, transformando o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governo do Estado. Com pareceres favoráveis da CCI e Comissão de Finanças. Sobre o referido projeto, **Emenda Supressiva do Pêndulo nº 01**, de autoria dos Deputados Elio Verri, Elton Weiler, Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Professor Lemos e Luciana Rafagnin, com apoioamento regimental, nos seguintes termos: em face de Supressão do Art. 2º do projeto em discussão. **Incluída no projeto. O Projeto retorna à CCI.**

ITEM 11 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 538/11, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, instituído no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o dia 06 de outubro como o Dia do Turismo Regional. Com pareceres favoráveis da CCI, Comissão de Turismo e Comissão de Cultura. Em votação. **Aprovada.** (Votaram 'sim': Adeline Ribeiro, Ademir Bler, André Bueno, Anibelli Neto, Augustinho Zucchi, Caetano Mara Lima, Cleiton Kiehn, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Delfio Geronzi, Elton Rasch, Elton Weiler, Elio Verri, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Lucense, Nereu Moura, Pastor Edison Procyk, Pedro Lupion, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Accioli, Rose "Lito", Tadeu Veneri, Toru Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (34 Deputados). Não votaram: Ademir Traiano, Alexandre Curi, Caio Quintana, César Silvestri Filho, Evandro Júnior, Luciana Rafagnin, Paranhos, Péricles de Mello, Reni Pereira e Valdir Rossoni (10 Deputados).]

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV) (Questão de ordem): Quero confirmar meu voto no Item 09 como 'sim'. Nas emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB): Registro-se o voto 'não' do Deputado Rasca Rodrigues nas emendas.

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT): Quero aproveitar este momento para convidar todos os membros da CPI dos Portos para que, segunda-feira, possamos apresentar aos membros o Relatório Final, para que depois de aprovado possamos trazer em Plenário para leitura.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB): Que horas?

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT): Depois da Sessão, na Sala das Comissões.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB): Registro-se também, o pedido do Deputado Augustinho Zucchi, voto contrário às emendas do Item 09. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para segunda-feira, dia 14 de maio, à hora regimental, com o seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 075/12; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 082 e 548/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 538/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 465/11 e 201/12, "Levanta-se a Sessão". [Sessão encerrada às 16h51. A presente Ata é lavrada para fins de publicação e arquivamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno] Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes presenças: I. A pedido da Mesa Executiva, do Sr. João Martins e esposa, da cidade de Londrina; II. A pedido do Deputado Pedro Lupion, do Prefeito de Goioerê, Beto Costa; III. A pedido do Deputado Reni Pereira, do Prefeito de São Miguel do Iguaçu, Armando Luiz Polini.]

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 003/2012, QUE TRATA DO SUBSÍDIO DAS CLASSES POLICIAIS DO PARANÁ

Antes dos dias do mês de maio de dois mil e doze, às 17 horas, na sala de reuniões antes ao plenário, presentes os Deputados Mauro Moraes, Pedro Lupion, Professor Lemos, Roberto Accioli, e Nereu Moura; sob a presidência do Deputado Mauro Moraes, verificado número legal, foram iniciados os trabalhos, oportunidade em que o Relator Sr. Deputado Pedro Lupion, fez a leitura do relatório produzido, onde justifica e fundamenta a inviabilidade de apresentação de emendas pelos membros da comissão, e estabelece outros embasamentos técnicos acerca da Proposta de Emenda Constitucional 003/2012, que trata do Subsídio das classes policiais do Paraná, em discussão o relatório, fizeram uso da palavra os senhores Deputados Nereu Moura, Professor Lemos, Pedro Lupion, e Roberto Accioli, em discussão o Deputado Nereu Moura, sugeriu ao Dep. Professor Lemos, que posteriormente apresente projeto de lei, versando sobre o tema a ser abordado na emenda interpositiva; logo após com a palavra o Dep. Professor Lemos, discorreu pelo tempo concedido pela presidência da comissão, sobre o relatório lido, fazendo suas impressões em relação ao mesmo, pelo Sr. Presidente colocado em votação o relatório, votaram favoráveis os Sr. Deputados, Roberto Accioli, Nereu Moura e Pedro Lupion, e, registrando voto em contrário o Sr. Dep. Professor Lemos; Lido, discutido, votado e aprovado o relatório, pelo Sr. Presidente deu-se por encerrada a Reunião

MAURO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO

PEDRO LUPION
DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR

44225/2012

COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N. 003/12

RELATÓRIO FINAL

PEC 003/12 - Proposição n. 022/12.
Autor: Poder Executivo - Mensagem n. 013/12.

Síntese: Institui o subsídio com forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

EMENTA: SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INSTITUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. REVOGAÇÃO DO §1º DO ARTIGO 45 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ARTIGO 61 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. NOVA REDAÇÃO AO § 15º DO ARTIGO 45 E AO §5º DO ARTIGO 47, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E MÉRITO. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

1. PREÂMBULO

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do Poder Executivo, tem por intuito estabelecer o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Paraná, com a revogação do §1º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e da nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

2. QUESTÃO PRELIMINAR DA EMENDA APRESENTADA PELO EXMO. DEPUTADO PROFESSOR LEMOS.

Em 08/05/2012 às 13:00 horas, durante a



primeira reunião desta Comissão Especial, o Exceatíssimo Deputado Professor Lemos apresentou emenda aditiva à presente Proposta de Emenda Constitucional para assegurar, por meio da referida emenda, que a partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 do artigo 45, da Constituição Estadual, seja exigido curso de nível superior para ingresso e preenchimento do cargo na Polícia Militar e Bombeiro Militar do Paraná.

Ocorre, no entanto, que a presente emenda é manifestamente inconstitucional, a teor do que dispõe o artigo 190 do Regimento Interno desta Casa. Eis o que dispõe o referido artigo:

Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Como se pode verificar às fls. 02 dos autos da PEC, a mesma foi recebida ao dia 25/04/2012, conforme protocolo nela apostado. A mesma foi publicada no Diário da Assembleia Legislativa de 30/04/2012 (segunda-feira), Edição n. 202, p. 11, conforme o documento de fls. 08. Assim, o termo inicial do prazo para apresentação de emendas começou a fluir no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, dia 02/05/2012 (quarta-feira) e tendo como termo final o dia 04/05/2012 (sexta-feira), estando portanto manifestamente intempestiva a apresentação da emenda do Exmo. Deputado Professor Lemos, o que impede seu conhecimento por lhe faltar o requisito objetivo de tempestividade.

Em que pese a lealdade inicitiva do Exmo. Deputado Professor Lemos, ainda que se considerasse, em tese, tempestiva tal emenda, no mérito a mesma não poderia ser aprovada pelos mesmos fundamentos adiante articulados no item 3.2.2 deste relatório.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Da constitucionalidade da PEC 003/12

De início, cumpre à esta Comissão Especial, de acordo com o disposto no artigo 151 do Regimento Interno desta Casa, verificar a constitucionalidade, bem como o mérito da Proposta de Emenda à Constituição:

Art. 191. A Assembleia constituirá Comissão Especial composta por cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Quanto à legitimidade, verifica-se que o Governador do Estado possui legitimidade para propor emendas à Constituição, conforme dispõe o artigo 64, II da Constituição Estadual:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
II - do Governador do Estado;

Também, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria objeto desta PEC conforme determina o art. 66, II, da Constituição Estadual:

Art. 66. Resultado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o art. 87, VI da Constituição do Estado:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é cabível ao Poder Executivo a competência para apresentar a presente proposição.

Ainda, de se ressaltar que o objeto da presente PEC, consistente na instituição de subsídio como forma de remuneração para determinada categoria de servidores, será haver redução no valor da remuneração total atualmente percebida pelas categorias, é constitucionalmente possível. Neste sentido, o e. Supremo Tribunal Federal já decidiu:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I - A Jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, ante a ausência

de direito adquirido a regime jurídico, é legítimo que lei superveniente modifique a composição dos vencimentos dos servidores públicos, desde que não haja decretação remuneratória. II - Agravo regimental improvido. (RE 597838 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-02 PP-00339).

Pelo acima exposto, conclui-se que a presente proposta é formal e materialmente constitucional.

3.2. Do mérito.

Sendo a PEC formal e materialmente constitucional, não há nenhum óbice para a análise do seu mérito por esta Comissão Especial. Passa-se à análise do mérito da Proposta.

3.2.1. Da instituição do subsídio como forma de remuneração com a nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

Como se verifica no texto da mensagem n. 13/2012, "esta emenda visa suprir vício de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo", dando nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, ambos da Constituição Estadual, os quais passaram a ter o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§15º. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao conteúdo do §4º do artigo 39, em face do que dispõe o §9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal.

Art. 47. (...)

§5º. A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o §4º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o §9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Vale destacar que a referida Emenda Constitucional n. 29/2010 está tendo sua constitucionalidade discutida no Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4504, em trâmite no egrégio Supremo Tribunal Federal, ainda não julgada.

Foi bem.

A presente PEC pretende inscrever na Constituição Estadual através de nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, um direito que está previsto no artigo 144, §9º da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incalculabilidade das pessoas e do patrimônio, através das seguintes órgãos:
§9º A remuneração dos servidores públicos integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Eis o teor do citado artigo 39, §4º da Constituição:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Também, o §8º do artigo 39 da Constituição Federal autoriza expressamente a fixação da remuneração em subsídio para as categorias organizadas em carreiras, como é o caso das categorias integrantes desta PEC:

Art. 39. (...)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

A Emenda Constitucional n. 19 de 2008, que inseriu no ordenamento jurídico os dispositivos acima transcritos, adotou a figura do subsídio para assegurar o controle sobre a remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia, nos termos do artigo 39, §4º.

Antes do advento da Emenda Constitucional n. 19/2008, era comum a fixação de um "venetimento-base" inerente ao qual se somavam vantagens pecuniárias consideráveis sob as mais variadas denominações.

Para corrigir estas distorções remuneratórias, a EC n. 19/2008 alterou a composição da remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia - as quais produzem reflexos na remuneração do restante dos servidores, pois eram o teto de remuneração - criando a figura do subsídio.

Subsídio nada mais é que uma parcela única de remuneração que abrange tanto o "venetimento-base" quanto os eventuais vantagens remuneratórias de qualquer ordem até então percebidas pelo servidor.

No caso da presente PEC, os subsídios fixados para as categorias, englobam todas as vantagens pecuniárias até então percebidas pelos servidores, não havendo desdobramento remuneratório para nenhum servidor, não havendo - neste ponto - óbice à aprovação desta.

3.2.3. Da revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 da Lei de Disposições Constitucionais Transitórias

A presente PEC propõe a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 da Lei de Disposições Constitucionais Transitórias, as quais possuem o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§ 16. A partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 deste artigo, exigirá-se, para o preenchimento do cargo, na Polícia Militar do Paraná, além de outras condições definidas em lei, curso de nível superior para ingresso como Soldado de Segunda Classe e curso de Direito para ingresso na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Policiais-Militares e curso de Engenharia para ingresso no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

Há de se destacar que, tradicionalmente, desde a edição da Lei Estadual n. 1.943, de 23 de junho de 1954, denominada de Código da Polícia Militar do Paraná, o ingresso na Polícia Militar, até os dias atuais, ocorreu-se mediante rigoroso recrutamento e seleção de candidatos com faixa etária entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade.

Neste espectro, a carreira policial militar sempre se constituiu como última opção para inúmeros jovens concluintes do ensino médio, que, por meio de acirrado concurso público, alcançavam os cargos de soldado, iniciando a carreira de praça, ou os cargos de alunos-oficiais (cadetes), sendo, neste último caso, elevados à condição de Oficial ao término do Curso de Formação de Oficiais e período de estágio como Aspirantes-a-Oficiais.

Solicita-se que neste universo constantemente se encontravam os jovens inicialmente instados ao cumprimento do serviço militar obrigatório junto ao Exército Brasileiro, os quais, após experimentar o cotidiano das organizações militares por aproximadamente um ano, optavam por ingressar na gloriosa Polícia Militar do Paraná, fora auxiliar e reserva do Exército, estruturada similantemente com base nos princípios da hierarquia e disciplina.

Nesse diapasão, admitir a concretização da exigência de curso de nível superior para o ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, seria obstaculizar e impedir que nossos jovens paranaenses, ao lado de outros tantos jovens brasileiros, após a conclusão do ensino médio, pudessem conquistar o primeiro emprego, de maneira célere, na honrosa Corporação Policial Militar.

A manutenção do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual demandaria que o candidato a ingresso na Corporação Militar, apresentasse, no mínimo, 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) anos, pois seria condizível não que não que o mesmo, preliminarmente, enfrentasse os barreiros das Universidades e Faculdades Brasileiras e fizesse jus a um diploma universitário.

E assim sendo, alijaria a opção pelo primeiro emprego na Polícia Militar do Paraná, camaleão, inclusive, no cenário da laudável e recente Lei Estadual n. 17.674, de 23 de janeiro de 2012, que institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná, com o objetivo de proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens de 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) anos de idade, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antisociais, assegurando-lhes computar, nos termos do artigo 9º, inciso IV, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, como título, em concurso público para o cargo de Soldado de Segunda Classe, a ser utilizado como critério de desempate no certame.

Há de se considerar que a carreira policial militar tem especificidades próprias, tanto em relação às habilidades policiais como no tocante àsquelas relacionadas ao bombeiro militar, as quais precisam ser desenvolvidas, no plano da formação profissional, de modo diferenciado, quando comparadas à metodologia de ensino realizada pelas instituições civis do ensino

superior. Nesse contexto, as Universidades e Faculdades formam os jovens para o mercado de trabalho em geral, não sendo como foco o ingresso de seus alunos nos quadros da Polícia Militar.

É certo que a carreira nas Forças Armadas ou nas Polícias Militares não se caracteriza como mero emprego, mas segue vinculada a uma vocação especial de bem servir à sociedade paranaense, inclusive, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Cumpre ressaltar que a Polícia Militar do Paraná, há alguns anos, tem aprimorado a sua estrutura de ensino para proporcionar aos seus integrantes a formação de nível superior, respeitadas as peculiaridades da vida militar.

Nessa linha, a Academia Policial Militar do Gatuapé, nesta data, por ato do Chefe do Poder Executivo, foi elevada à condição de instituição estadual de ensino superior vinculada à UNESP/AR, objetivando-se a expedição do decreto que reconheça o Curso de Formação de Oficiais, seja na modalidade de Oficial Policial-Militar, seja na modalidade de Oficial Bombeiro Militar, como Curso de Graduação em nível de Bacharelado em Segurança Pública, aforando-se ainda providências para o reconhecimento dos Cursos de Formação de Soldados como Curso Superior em nível de Tecnólogo em Segurança Pública.

Deste modo, em futuro próximo, a exemplo do que ocorre com a integralidade de Oficiais da PMPR que detêm curso de nível superior com respaldo no respectivo Curso de Formação, todos os Praças da Corporação também poderão alcançar, na própria Universidade da Polícia Militar, este nível de formação e educação.

Nesta esteira, a manutenção do ensino médio como requisito para o ingresso na carreira policial militar é medida mais adequada, coerente e razoável, pois além de assegurar a oportunidade de primeiro emprego a inúmeros jovens, permitirá a todos os integrantes da caserna alcançar o nível de ensino superior na própria Universidade da Polícia Militar.

Destaque-se que a formação superior na Academia Policial Militar do Gatuapé passará a ser supervisionada pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como pelo Conselho Estadual de Educação, proporcionando educação continuada a todos os integrantes da Polícia Militar do Paraná, com diversas modalidades de cursos de pós-graduação, viabilizando a pesquisa científica focada na atividade policial, garantindo, assim, maior eficácia e qualidade nos serviços prestados na área de segurança pública em prol do bem-estar da sociedade paranaense.

Neste espectro, a exigência de curso de nível superior para o ingresso na PMPR não é medida adequada, pois a formação em nível superior já estará sedimentada no seio da própria Corporação.

Há de se considerar, ainda, a manutenção das disposições da Constituição do Estado outorgadas pela EC n. 19, tenderiam a criar obstáculos e dificuldades aos próprios militares estaduais para o progresso na carreira, visto que beneficiaria tão somente aqueles detentores do diploma de graduação em Direito ou Engenharia ou aqueles já possuidores de diploma universitário, além de alijar o sonho de inúmeros jovens concluintes do ensino médio que atualmente tem se dedicado com carnos na preparação para os concursos públicos destinados ao preenchimento do efetivo da Polícia Militar.

Por fim, como consequência da aprovação da presente PEC, a revogação do artigo 61º das ADCT da Constituição do Estado é medida que se impõe, pois a entrada em vigor da presente PEC lhe retira completamente o objeto.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico ao aperfeiçoar a forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2011.

Deputado MAURO MORAES
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPTON
RELATOR

(Encerrado)

Art. 61. A implementação do subsídio previsto nesta Constituição, será gradual e terá início em cento e oitenta dias, contados da promulgação da Emenda Constitucional que o instituiu.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 848/11

Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art. 1º Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei;

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multiocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1º O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

§ 2º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

I – conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira;

II – conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de interníveis e interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira;

III – conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento) para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I – conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra;

II – conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento) para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I – conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior;

II – o interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

§ 5º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I – conceitua-se DINÂMICA FUNCIONAL como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I – conceitua-se CARGO como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo;

II – conceitua-se CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos;

III – conceitua-se CARGO SINGULAR como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multiocupacionais;

IV – conceitua-se FUNÇÃO DO CARGO a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multiocupacional;

V – conceitua-se FUNÇÃO SINGULAR como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

VI – conceitua-se FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

VII – conceitua-se NATUREZA DO CARGO ou GRUPO OCUPACIONAL como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto à natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo;

VIII – conceitua-se GRAU DE COMPLEXIDADE ou RESPONSABILIDADE como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes;

IX – conceitua-se ESTRUTURA PIRAMIDAL como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DO INGRESSO

Art. 3º O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta Lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Parágrafo único. Conceitua-se CONCURSO como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso no cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4º É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Parágrafo único. O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou de parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade a que se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

Art. 5º Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária e na forma do Perfil Profissiográfico:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários e de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

§ 1º A função de Fiscal de Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

§ 2º A fiscalização dos aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal será realizada exclusivamente por Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos.

Art. 6º Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I – ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições;

II – requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zoofitossanitária;

III – possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI – não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII – contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII – direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimentos, no exercício de suas atribuições.

Art. 7º Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

Art. 8º Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. Conceitua-se PERFIL PROFISSIOGRÁFICO como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a eles associadas.

Art. 9º O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

I – código do cargo e função;

II – nome do cargo e da função;

III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;

IV – carga horária e jornada;

V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;

VI – descrição resumo da classe ocupacional de acordo com a carreira, cargo, formação exigida ou necessidade da classe;

VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;

VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;

IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;

X – linha de promoção;

XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;

XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 10. O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1º O estágio probatório a que se refere o *caput* deste artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 3º A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

Art. 11. A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

Art. 12. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo único. Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para os quais tenha sido nomeado.

Art. 13. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será suspensa nas seguintes situações:

- I – tratamento da própria saúde;
- II – licença-maternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III – licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV – doença na família, na forma da legislação vigente;
- V – concorrência a mandato eletivo;
- VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da Administração Pública.

§ 1º O retorno do funcionário ao exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2º Não será considerada afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias, adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei para atendimento integral do serviço.

§ 1º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto, não admitam paralisação, adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2º Os servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já incluído o descanso semanal remunerado.

Art. 15. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o Regime de Trabalho em Turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

Art. 16. Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos – RTT do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas não geram direito à compensação de jornada após o retorno.

§ 3º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

§ 4º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência de escala para o turno seguinte ou por situação de excepcional interesse da administração.

§ 5º O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo indevido o pagamento em dobro sobre a hora normal ou serviço extraordinário para os dias de escala.

§ 6º Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos – RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Art. 17. Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

I – conceitua-se REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS como a condição de trabalho de cargo e função submetidos a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se Regime de Plantão Extra Jornada – RPE.

§ 1º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.

§ 2º Cada escala de Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4º O Plantão de Sobreaviso – RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, após as 22h00 (vinte e duas) e até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescida de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

§ 6º O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 18. O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT são incompatíveis entre si.

Art. 19. É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, desde que atendidas as suas exigências.

Art. 20. A frequência ao serviço será apurada através de livro ponto ou qualquer meio mecânico, elétrico ou eletrônico.

Art. 21. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo, podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.

Parágrafo único. Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

Art. 22. Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

Parágrafo único. O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos serem levados à conta dos anos subsequentes.

CAPÍTULO VI

DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 23. Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

Art. 24. Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

Parágrafo único. A progressão será concedida:

I – para a referência 2 (dois) da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;

II – por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;

III – a concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;

IV – o tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:

a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;

b) a estabilidade funcional, somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei, bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

Art. 25. Conceitua-se PROMOÇÃO como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associado à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

§ 1º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3º Conceitua-se TÍTULOS como os critérios a serem utilizados para pontuação, para habilitação ou para classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

Art. 26. As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concursal e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas, certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a estas for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

Art. 27. Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

§ 1º O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

§ 2º O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

§ 3º Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

Art. 28. O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 29. Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

Parágrafo único. O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

Art. 30. O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 31. Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

§ 1º Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

§ 2º A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

§ 3º A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

Art. 32. Para a habilitação por avaliação de títulos na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I – 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II – 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III – 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV – 5 (cinco) pontos por curso realizado a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos ou 60 (sessenta) horas;

V – 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

VI – 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII – 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;

VIII – 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX – 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X – 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI – 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII – 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII – 15 (quinze) pontos por participação como membro ou par avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

Parágrafo único. Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no inciso V deste artigo, sendo computado como tal.

Art. 33. Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

Parágrafo único. A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;

III – maior tempo de carreira;

IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

Art. 34. Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* – ofertada por instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II – a titulação referente a cursos deverá ser limitada ao âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de instituição de ensino reconhecida legalmente ou ofertados por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

§ 3º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através de Conselho competente.

§ 4º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos de Educação Profissional.

§ 5º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função a escolarização ofertada por instituição formal de ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhada do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6º São considerados como titulação referente a curso os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8º Para certificados ou certidões nos quais não conste carga horária será atribuída carga horária de 08 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9º Não será computado número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

§ 10. Não serão aceitos para efeito de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

CAPÍTULO VII

DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 35. Às carreiras da ADAPAR aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

- I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;
- II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;
- III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.

§ 2º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

§ 3º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4º Os valores a que se refere o *caput* deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em Lei.

§ 5º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja intersecção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

§ 6º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no País.

§ 7º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento previstos na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de pisos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

Art. 39. Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devida a todas as carreiras.

§ 1º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I – férias, na forma da legislação em vigor; e

II – décimo terceiro salário.

§ 2º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade, na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.

Art. 40. As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, do serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

Parágrafo único. Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

Art. 41. São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público, as vantagens laborativas do serviço público.

§ 1º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

§ 2º As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

Art. 42. É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 43. Salvo manifestação em contrário, ficam transformados os cargos dos atuais servidores efetivos do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), integrantes do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS), da seguinte maneira:

I – os cargos de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo, ficam transformados em cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária;

II – os cargos de Agente de Execução, ocupados por profissionais com formação em Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária e que exercem a função de Técnico de Manejo e Meio Ambiente, bem como os cargos ocupados por profissionais que exercem a função de Técnico em Laboratório, ficam transformados em cargos de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária.

§ 1º No prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo de que trata este artigo deverão optar pela transformação ou não dos seus cargos.

§ 2º Os servidores que optarem por permanecer no QPPE exercerão suas funções na ADAPAR sem prejuízo do Adicional de Atividades de Fiscalização Agropecuária – AAFA ou do Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFM de que trata o art. 13 da Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011.

§ 3º Os cargos transformados serão automaticamente extintos no Quadro Próprio do Poder Executivo.

§ 4º Os servidores que optarem pela transformação de seus cargos serão inseridos nas tabelas de subsídios da ADAPAR, constantes do Anexo III, em referência correspondente à remuneração que percebem ou, em não existindo correspondência exata, na referência imediatamente superior.

Art. 44. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, em decorrência da implementação da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, recebe em transferência os bens, direitos e créditos e assume as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos e ajustes e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS.

Art. 45. As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

Art. 46. São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

Art. 47. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011 no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 49. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 50. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator

